

Associações de moradores e participação democrática: a reestruturação da Sociedade de Amigos do bairro Senhor dos Montes em São João del-Rei (MG)

Neighborhood Associations and Democratic Participation: The Restructuring of the Neighborhood Residents' Association of Senhor dos Montes in São João del-Rei (MG), Brazil

Asociaciones de vecinos y participación democrática: la reestructuración de la Sociedad de Amigos del Barrio Señor dos Montes en São João del-Rei (MG)

Grupo temático 07 – Gestão social, poder local e desenvolvimento territorial

João Pedro Ferreira, Universidade Federal de São João Del Rei

Vânia Aparecida Rezende, Universidade Federal de São João Del Rei

Fernanda Nunes Maciel, Universidade Federal de Lavras

RESUMO

Com a redemocratização do Brasil a partir da década de 1980, ampliaram-se as demandas por participação social nas decisões políticas. Nesse contexto, as associações de moradores passaram a atuar como espaços de organização coletiva, nos quais cidadãos se articulam para reivindicar melhorias e fortalecer o exercício da cidadania. Este estudo analisa o processo de reestruturação da associação de moradores do bairro Senhor dos Montes, em São João del-Rei (MG), buscando compreender seu potencial como espaço de participação comunitária. A pesquisa possui abordagem qualitativa e caráter descritivo, baseada em entrevistas semiestruturadas realizadas com membros da associação, fundada em 1990. Os resultados indicam um processo de mobilização impulsionado pela liderança da atual presidente, voltado à superação de problemas de desorganização administrativa e perda de credibilidade institucional. Apesar do potencial da associação para promover melhorias na comunidade, foram identificadas insatisfações relacionadas ao suporte do poder público, especialmente quanto à ineficiência na gestão municipal e à falta de transparência. Conclui-se que o fortalecimento da associação depende de maior cooperação com a prefeitura para atender de forma mais efetiva às demandas da população.

Palavras-chave: Associações de moradores; Participação democrática; Políticas públicas; Ação coletiva.

ABSTRACT

With the re-democratization of Brazil beginning in the 1980s, demands for social participation in political decision-making expanded. In this context, neighborhood associations began to act as spaces for collective organization, in which citizens come together to demand improvements and strengthen the exercise of citizenship. This study analyzes the restructuring process of the residents' association in the Senhor dos Montes neighborhood, in São João del-Rei (MG), seeking to understand its potential as a space for community participation. The research has a qualitative approach and a descriptive character, based on semi-structured interviews conducted with members of the association, founded in 1990. The results indicate a process of mobilization driven by the leadership of the current president, aimed at overcoming problems of administrative disorganization and loss of institutional credibility. Despite the association's potential to promote improvements in the community, dissatisfaction was identified regarding the support of public authorities, especially concerning inefficiency in municipal management and the lack of transparency. It is concluded that strengthening the association depends on greater cooperation with the city hall in order to respond more effectively to the population's demands.

Keywords: Neighborhood associations; Democratic participation; Public policies; Collective action.

RESUMEN

Con la redemocratización de Brasil a partir de la década de 1980, se ampliaron las demandas por participación social en las decisiones políticas. En este contexto, las asociaciones de vecinos pasaron a actuar como espacios de organización colectiva, en los que los ciudadanos se articulan para reivindicar mejoras y fortalecer el ejercicio de la ciudadanía. Este estudio analiza el proceso de reestructuración de la asociación de vecinos del barrio Senhor dos Montes, en São João del-Rei (MG), buscando comprender su potencial como espacio de participación comunitaria. La investigación posee un enfoque cualitativo y carácter descriptivo, basada en entrevistas semiestruturadas

realizadas con miembros de la asociación, fundada en 1990. Los resultados indican un proceso de movilización impulsado por el liderazgo de la actual presidenta, orientado a superar problemas de desorganización administrativa y pérdida de credibilidad institucional. A pesar del potencial de la asociación para promover mejoras en la comunidad, se identificaron insatisfacciones relacionadas con el apoyo del poder público, especialmente en cuanto a la ineficiencia en la gestión municipal y la falta de transparencia. Se concluye que el fortalecimiento de la asociación depende de una mayor cooperación con la alcaldía para atender de forma más efectiva las demandas de la población.

Palabras clave: Asociaciones de vecinos; Participación democrática; Políticas públicas; Acción colectiva.

1. Introdução

O Brasil, em sua história recente, especialmente após 1985, passou por um processo de redemocratização após um período de ditadura militar marcado pela suspensão de direitos democráticos. Nesse contexto, o país foi conduzido a um movimento de valorização da participação ativa dos cidadãos brasileiros e da ampliação do exercício de direitos nas tomadas de decisão políticas (Garcia, 2011). A partir desse processo, a sociedade civil passou a se articular por meio de diferentes espaços de atuação política e de colaboração na esfera pública. Assim, observa-se um aprofundamento democrático voltado à ampliação dos mecanismos de participação popular, conforme apontam as teorias participativa e deliberativa (Alcantara, 2018).

A literatura também destaca a centralidade da colaboração da população nos processos de formulação e solução de políticas públicas, compreendendo a democracia como um modo de vida (Dewey, 1984, p. 328). Nessa perspectiva, os indivíduos exercem influência efetiva sobre as decisões que incidem sobre a sociedade da qual fazem parte, não apenas como destinatários das ações estatais, mas como participantes ativos na definição dos rumos coletivos, deslocando a democracia de um modelo restrito ao sistema governamental para uma prática social cotidiana.

Conforme aponta Duarte (2017), o aprofundamento democrático por meio de experiências destaca a ideia de que há um espaço para a atuação da sociedade civil no processo de participação e planejamento das políticas e ações de interesse coletivo. A autora ainda enfatiza que esses espaços podem ser cedidos e mediados pelo poder público em uma ou mais de suas várias instâncias. De forma complementar, para Bonavides (2003), não há democracia sem participação, uma vez que a participação aponta para as forças sociais que vitalizam a democracia e lhe assinam o grau de eficácia e legitimidade no quadro social das relações de poder.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 representa um marco fundamental na consolidação de direitos sociais e na ampliação das condições de igualdade, institucionalizando importantes conquistas democráticas (Barroso, 2023). Nesse processo, mobilizações sociais como o movimento das “Diretas Já” contribuíram para a construção de novas instituições democráticas e para o fortalecimento da participação cidadã. O envolvimento da população em conselhos, associações e outras formas de organização coletiva ampliou os espaços de governança participativa e favoreceu a busca por reconhecimento e direitos por parte de diferentes grupos sociais (Oliveira, 2022).

Tais espaços podem ser aspectos meramente participativos, tendo em vista que apesar de participação e deliberação partirem de críticas comuns ao modelo liberal, se distanciam quanto ao papel direto da participação popular. Uma vez que o modelo participativo busca a presença direta do cidadão para influência no meio social e o deliberativo levanta a formação da opinião pública por meio do uso da razão comunicativa (Alcântara, 2018). Seguindo tal linha de raciocínio, o fato de todos os arranjos deliberativos constroem formas ampliadas de colaboração a fim de recuperar o valor da política para além do sistema tradicional, utilizando de seus atores sociais. A percepção do autor se pauta na direção de ressaltar a cultura não participativa na qual o Estado brasileiro foi constituído; no entanto, sobleva-se a importância dos espaços conquistados, ainda que não tenham se caracterizado como um viés deliberativo formalizado, mas que amparam o ideal comum. Desta maneira, é importante pensar que o Brasil tem uma infraestrutura da participação bastante diversificada na sua forma e no seu desenho (Avritzer, 2008).

Segundo Lima & Emediato (2014), a Constituição de 1988, marco na institucionalização democrática brasileira, mencionou pela primeira vez os institutos de participação popular e adotou o princípio da soberania popular, ao dizer que “todo poder emana do povo”. Ressalta-se que o artigo 14 elege de maneira formalizada os instrumentos de participação popular: plebiscito, referendo e iniciativa popular de lei, garantindo aos cidadãos o direito de propor projetos legislativos (Brasil, 1988). Pode-se intuir que vários outros formatos derivaram dessa demarcação, por sua vez, a Constituição também possibilitou consolidar uma democracia participativa, na qual o

povo assume papel ativo na fiscalização, desenvolvimento, aprimoramento e acompanhamento das políticas públicas, fortalecendo o exercício da cidadania e a promovendo a comunicação efetiva entre o Estado e a sociedade (Barroso, 2023).

Na visão de Abrúcio (2010), a carta magna de 1988 efetuou mudanças profundas para combater o legado patrimonialista; tais mudanças podem ser sintetizadas em três principais frentes: democratização, descentralização e a reforma do serviço civil. A frente da descentralização se alinha diretamente com a discussão deste projeto, uma vez que ela foi importante para promover uma maior participação cidadã e a promoção da democracia (Barroso, 2023), o que fortalece a soberania do povo na esfera política e torna as autoridades mais atentas às demandas sociais (Alcantara, 2018). A democracia é compreendida como um modo de vida, no qual os indivíduos exercem influência efetiva sobre as decisões que afetam a sociedade em que estão inseridos. Nessa perspectiva, ela não se restringe a um modelo formal de organização do poder governamental, mas se materializa na participação ativa dos sujeitos enquanto usufrutuários e coprodutores das decisões coletivas que orientam a vida social (Dewey, 1984).

Dentre as configurações da esfera pública e os possíveis espaços de organização social, as associações de bairro se apresentam a partir de um propósito de união de ideias e de esforços em torno de um propósito comum, assim, se tornando fundamentais para a participação comunitária e democracia local, embora o engajamento rotineiro da população em tais espaços ainda reduzido (Silva et al., 2021). Logo, ao atentar-se à individualidade, princípios liberais e democráticos são aludidos, uma vez que as associações de moradores são consequências da democracia e do direito de livre associação (Duarte, 2017). Elas buscam se organizar a partir do empenho de moradores de determinada comunidade. A criação e/ou reestruturação de uma associação depende de trâmites jurídicos como o registro em cartório; neste sentido, serão necessários documentos como estatuto, atas de constituição da associação e de eleição (Brasil, 2002). Soma-se a necessidade de uma autorização para funcionamento e a inscrição municipal.

Conforme Duarte (2017), associações de moradores podem ser consideradas, apesar de sua atuação contínua e empenho, apenas mais uma figura na paisagem política, sendo frequentemente desacreditadas como atores políticos relevantes. Devida a percepção estigmatizada se relaciona com a escassez de reconhecimento popular e recursos, além da institucionalização frágil, fatores que amplificam a dificuldade de entrada nos processos formais de debate político e descredibilizam suas ações num meio social. No entanto, a autora ressalta que as associações de moradores reivindicam um espaço de atuação cidadã e um papel na construção coletiva do espaço comum, pois mesmo perante tamanha deslegitimação governamental e política, elas permanecem como espaços acessíveis e de articulação do exercício da cidadania local. Tendo em vista, a significância do pluralismo liberal nos espaços de tomada de decisão política, como promotores do bem comum (Alcantara, 2018).

Hur & Bollinger (2014) apontam que as associações de moradores são organizações da sociedade civil cuja missão é preservar e/ou melhorar a qualidade de vida de uma área residencial geograficamente determinada. Fung (2003) ressalta que são nesses espaços das associações, geralmente mais abertos e inclusivos, que surgem elaborações sobre questões prioritárias e são estruturados discursos para a solução de problemas sociais. Dessa maneira, as associações de moradores configuram-se como espaços nos quais os indivíduos coletivamente elaboram resoluções sobre sua realidade e articulam estratégias para os desafios cotidianos.

O lócus do estudo é a associação de moradores do bairro Senhor dos Montes, denominada localmente Sociedade de Amigos do Bairro Senhor dos Montes, localizada no município de São João del-Rei, no estado de Minas Gerais. O percurso metodológico apresenta, de forma mais detalhada, as características do bairro e a trajetória histórica da associação, destacando seu papel na mediação das demandas comunitárias, sua influência na vida dos moradores e sua atuação na articulação entre comunidade e poder público. O bairro Senhor dos Montes está inserido no espaço urbano de São João del-Rei, cidade histórica da região do Campo das Vertentes, e caracteriza-se por processos de marginalização e invisibilidade social. O município, marcado por dinâmicas de crescimento urbano associadas à preservação de seu patrimônio histórico, apresenta expansão periférica e desigualdades socioespaciais, fatores que impactam diretamente a dinâmica social e organizativa do bairro.

Perante a contextualização apresentada e compreendendo a importância do processo de participação e associativismo da sociedade civil, delimitou-se como problema de pesquisa a seguinte questão: de que maneira a associação de moradores do bairro Senhor dos Montes, em São João del-Rei (MG), pode se consolidar como um espaço de participação e atuação da comunidade local? Para responder a essa questão, a pesquisa tem como objetivo analisar o processo de reestruturação da associação de moradores do bairro Senhor dos Montes, em São João del-Rei (MG), a fim de compreender seu potencial como espaço de participação da comunidade local.

Além desta introdução, o artigo apresenta a revisão teórica sobre democracia, participação e associativismo, seguida do percurso metodológico, da análise dos resultados e das considerações finais.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Democracia Deliberativa e Participativa

O conceito de Democracia Deliberativa foi desenvolvido ao longo do tempo por diversos pensadores, advém de um processo de formação com raízes históricas variadas que convergiram e alinharam-se sucessivamente (Rezende de Almeida, 2020). Na Grécia Antiga, a priorização da participação da população nas tomadas de decisão geral foi responsável por remoldar o conjunto de cidades independentes que compartilhavam de costumes populares, em suma relevância a cidade de Atenas. Ainda que assumindo postura excludente perante alguns indivíduos, como os do gênero feminino e escravizados, foi pioneira na amplitude de decisões políticas que visavam incluir os considerados cidadãos atenienses. Como afirma Campos Neto, “[...] estrangeiros e escravos não podiam participar desses encontros. A permanência na ágora era expressamente proibida às mulheres e crianças, ou seja, a permissão era somente aos homens adultos.” (2018, p. 31).

A ampliação da participação popular nos processos de deliberação política tornou-se, ao longo do tempo, um tema relevante no pensamento político e nas discussões sobre democracia. Nesse contexto, destaca-se a contribuição de John Locke, filósofo inglês associado às bases do liberalismo político (Terenzy; Botelho, 2023). Em seus estudos contratualistas, Locke defendeu a limitação do poder governamental e a proteção das liberdades individuais, propondo que a autoridade política deveria derivar do consentimento dos governados. Essa perspectiva contribuiu para consolidar princípios como a representatividade política e a legitimidade da participação dos cidadãos nas decisões coletivas, elementos que posteriormente fundamentariam concepções associadas à democracia deliberativa e participativa nas sociedades modernas (Pinto, 2007).

O teórico social Max Weber, em suas obras, ao analisar a democracia, defende o ceticismo, referente a uma corrente filosófica que questiona afirmações de crenças e conhecimentos, buscando investigar seus fundamentos e valorizando a abordagem racional empírica precedente à validação. Como destaca Cherques (2009), “outras características são a racionalização consciente dos valores últimos, dos costumes, dos valores afetivos e o ceticismo moral”. Ademais, visto a pluralidade cultural existente, principalmente em países com formação miscigenada como o Brasil, incompatibilidades entre costumes são rotineiramente presenciadas.

Por conseguinte, Weber acreditava que, para uma melhor performance dos valores democráticos, a pluralidade cultural deveria ser administrada de modo a reduzir conflitos e contradições no processo político. Essa qualificação cultural é uma prerrogativa essencial do sucesso histórico de formas de vida social em conflito e permite avançar sobre as possibilidades de pluralismos concorrentes do homem cultural (Weber, 1988).

Sob essa perspectiva, a promoção do regime liberal se assemelha em aspectos à promoção da democracia no senso comum, tendo em vista que ambas remetem à busca de liberdades individuais. “No Brasil, é preciso não confundir nosso chamado liberalismo com democracia. Houve períodos de maior espaço político para manifestações populares, mas estas foram reprimidas conforme se fortaleciam” (Vianna, 2020, p. 482). Ainda de acordo com o autor, com o regime liberal / liberalismo declarando um conjunto de doutrinas que pedestalizam o “ser individual” numa sociedade; a liberdade de expressão, o livre comércio e, principalmente, a não intervenção governamental nas decisões individuais dos indivíduos são alguns dos princípios essenciais para a sua instalação numa comunidade, logo abrindo uma gama para a participação popular no núcleo político.

Apesar dos avanços democráticos, a formação social brasileira é possível identificar a persistência de processos de negligência e exclusão que atingem parcelas significativas da população, historicamente marcadas pela discriminação e pela desigualdade. Períodos como o colonial, o Estado Novo e a ditadura militar constituem marcos de restrição de direitos e de opressão a diferentes grupos sociais. Como aponta Couto (2007, p. 189), “[...] para a qual somente a tutela e o favor eram oferecidos como forma de atendimento de suas demandas”, indicando que determinados segmentos da população eram atendidos por meio de práticas assistencialistas, sem a garantia efetiva de direitos, o que revela um legado histórico de marginalização.

Ademais, devido à sua longa duração, à intensa exploração humana e às profundas desigualdades sociais e raciais que produziu, a escravidão constitui um dos principais fatores estruturantes das exclusões que ainda atingem populações afrodescendentes e indígenas no Brasil contemporâneo (Santos et al., 2025). Nesse sentido, Ribeiro (1995, p. 20) afirma que “a mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na realidade classista e racista”. No contexto brasileiro

contemporâneo, é previsto pela Constituição Federal de 1988 que o exercício da participação civil nas decisões políticas configura-se como direito inerente a todo cidadão, sendo um princípio essencial da aplicação da democracia no Brasil. Além disso, a Constituição garante a livre expressão cultural e religiosa, conforme disposto no Artigo 215: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (Brasil, 1988).

2.2 Participação e Associativismo

As associações, entendidas como a reunião de pessoas interessadas em atuar em conjunto para a realização de objetivos comuns, quando compostas por residentes de uma mesma comunidade, como ocorre nas associações de moradores, buscam alinhar interesses coletivos (Marchi et al., 2025). A inserção em um mesmo espaço social produz experiências compartilhadas, possibilitando que, por meio do diálogo entre moradores, sejam discutidas resoluções e formuladas soluções mais coesas e favoráveis à coletividade. Segundo Cardoso (2012), a associação não pode ter fins lucrativos, de modo que os recursos obtidos por doações, patrocínios ou atividades devem ser utilizados para a manutenção da organização. O autor ainda acrescenta que o objetivo de uma associação é promover ações que beneficiem seus associados e a comunidade em geral, como a luta por moradia, escolas, creches, postos de saúde, segurança e infraestrutura urbana. Assim, as associações tornam-se espaços de mobilização social e reivindicação de direitos.

Segundo França Filho (2003), a relação entre associações e administração pública exige comunicação eficaz e transparência, uma vez que as decisões tomadas impactam diretamente os moradores das comunidades representadas. Ao colaborarem de maneira articulada, associações e poder municipal podem otimizar recursos e fortalecer a participação cívica, consolidando o sentimento de pertencimento entre os cidadãos (Copatti, 2010).

O Brasil passou por um processo de redemocratização, após o período da ditadura militar (1964–1985), o que ampliou os espaços de participação social. Segundo Garcia (2011), a retomada das liberdades políticas contribuiu para fortalecer o engajamento cívico e a mobilização social. Como consequência, diferentes segmentos da sociedade passaram a participar mais ativamente das decisões políticas, promovendo avanços em áreas como saúde, educação e transporte (Vieira; Braga, 2023).

O alinhamento entre as necessidades reais da comunidade e a divergência de opiniões dos indivíduos transforma as associações de moradores em mediadores intermediários entre o poder governamental e a população. Como afirma Duarte (2017, p. 15), “as associações podem ainda contribuir para o funcionamento da democracia por meio de um acesso mais direto à arena política”. Dessa forma, coletivamente representando os interesses da comunidade, tais organizações encaminham demandas às autoridades competentes, buscando soluções mais efetivas para problemas sociais.

Bobbio (1992) destaca que a defesa dos direitos pode ocorrer por meio da organização coletiva da sociedade civil. Para o autor, quando os direitos deixam de ser apenas naturais e passam a ser reconhecidos juridicamente, os cidadãos passam a dispor de mecanismos institucionais para reivindicá-los. Nesse sentido, a existência de associações de moradores demonstra a organização comunitária e a capacidade de mobilização coletiva. Como afirma Cardoso (2012, p. 11), “a existência de uma associação de moradores demonstra que a comunidade está organizada, pois os interesses, necessidades e direitos dos seus moradores serão discutidos por todos, para depois serem reivindicados”.

Nesse sentido, Edgar Morin contribui com a noção de *homo complexus*, conceito que reconhece a complexidade da condição humana, compreendendo o indivíduo como resultado de múltiplas dimensões biológicas, culturais, sociais e históricas (Morin, 2007). Conforme Santos e Hammerschmidt (2012), o ser humano envolve dimensões biológicas, psíquicas, sociais, afetivas e racionais. Esse entendimento permite compreender que a participação social envolve múltiplos fatores, como por exemplo, valores, emoções, interesses e experiências, que influenciam o engajamento dos indivíduos em processos coletivos.

Sendo assim, o associativismo comunitário configura-se como um importante mecanismo de participação democrática, na medida em que possibilita a organização coletiva dos cidadãos em torno de interesses e necessidades comuns. Por meio dessas formas de articulação social, os indivíduos encontram espaços para expressar demandas, discutir problemas que afetam suas comunidades e reivindicar direitos junto às instâncias governamentais. Dessa forma, o associativismo contribui para ampliar o diálogo entre sociedade e poder público, fortalecendo práticas de participação cívica e favorecendo a construção de uma sociedade mais participativa, inclusiva e comprometida com o atendimento das necessidades coletivas.

3. Metodologia

O lócus de estudo desta pesquisa, a qual possui caráter qualitativo, se concentra na associação de moradores do bairro Senhor dos Montes localizada no município de São João del-Rei no estado de Minas Gerais. Cidade histórica situada na região sudoeste do estado de Minas Gerais, Brasil, tem cerca de 90.263 habitantes e possui uma área de 1.464,327 km². Minas Gerais (MG) é um dos maiores estados brasileiros com uma área de 586.522.111 km² e, segundo o IBGE, onde vivem 20,5 milhões de pessoas, se encontra na região Sudeste do Brasil e faz divisa com outros sete estados (SJDR Transparente, 2023; IBGE, 2017).

O município possui 74 bairros, dentre os quais se destaca, neste estudo, o bairro Senhor dos Montes, com aproximadamente 6.260 habitantes. Trata-se de um bairro antigo que conta diversos espaços e movimentos, como: serviços comunitários, igrejas, centro de umbanda, praças, posto de saúde, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), escola, creche, farmácias, supermercados, padarias e transporte público com intervalos de aproximadamente vinte minutos para o centro da cidade. Além de sua infraestrutura urbana, o bairro caracteriza-se por apresentar forte tradição de ação coletiva e mobilização entre os moradores (Magalhães & Pereira, 2019).

A SABSM (Sociedade de Amigos do Bairro do Senhor dos Montes), foi fundada em novembro de 1990 sendo regida por estatuto próprio, tendo como finalidade promover o bem-estar dos moradores do bairro, quer sejam em melhorias sociais no âmbito de infraestruturas, bem como no desenvolvimento e aplicação de projetos de financiamento públicos nas esferas municipal, estadual e federal, bem como do terceiro setor (Estatuto, 1990). Sua reestruturação começou em outubro de 2022 em um momento de encontro na pastoral da criança do bairro, a partir disso encontros, articulações e formação marcaram o processo que culminou na eleição da nova diretoria em junho de 2023. A eleição foi uma grande conquista coletiva.

O período supracitado foi a base deste estudo que se encaixa no formato estudo de caso, com observação participante, onde foi descrito todo o processo de surgimento e reestruturação da associação de moradores do bairro estudado. Segundo Yin (2001), este método se caracteriza como uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real. Ventura (2007) enfatiza que o estudo de caso busca investigar um caso específico, bem delimitado no tempo, com lugar bem definido, no qual se pretende fazer uma busca de informações. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa com caráter descritivo, considerando que as pesquisas descritivas são aquelas que têm como objetivo descrever as características de um determinado fenômeno (Gil, 2008). O nível descritivo acontece na medida em que se pretende identificar as relações entre as ações e deliberações dentro do âmbito da associação de moradores a ser estudada.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica (Sousa & Oliveira, 2021) acerca das temáticas que fomentam o debate teórico-conceitual, sendo a natureza, composição e atribuições de associações, teoria democrática e participação, políticas públicas e administração pública municipal.

Como método de coleta de dados, foi optado pela aplicação de entrevistas com roteiro semi estruturado, a amostra selecionada foi definida pela identificação dos atores sociais atuantes na comunidade e na associação, a seleção se deu a partir das reuniões dos moradores que configuraram o espaço para a observação dos pesquisadores. O roteiro da entrevista contou com dois blocos de questionamentos, para os componentes sociais atuantes buscou-se compreender a experiência atual alinhada à percepção de gestões passadas, em um segundo momento as perguntas voltadas aos gestores buscaram compreender as motivações de gênese da sociedade e o desfecho do processo de elaboração e constituição da associação de na primeira gestão.

Foram realizadas 7 entrevistas, com média de 30 minutos de duração, entre julho e setembro de 2025, essa fase possibilitou o levantamento de dados subjetivos, gravados sonoramente e transcritos, totalizando 51 páginas, este documento constituiu o corpus de análise deste trabalho. Segundo Minayo e Costa (2018), a entrevista consiste no meio pelo qual o pesquisador obtém informações a partir da fala dos atores sociais.

Por fim, realizou-se a análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2010). A análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever e interpretar o conteúdo das mensagens (Mendes & Miskulin, 2017). Esse método permite organizar e compreender dados qualitativos provenientes de coleta de dados, possibilitando a identificação de sentidos, padrões e categorias analíticas relevantes para a pesquisa.

As fases da análise de conteúdo foram organizadas em três etapas principais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Na pré-análise, realizou-se a organização do corpus da pesquisa, com a leitura e transcrição das entrevistas. Na etapa de exploração do material, procedeu-se à codificação e categorização das informações, identificando temas recorrentes. Por fim, na fase de tratamento e interpretação dos resultados, os

dados foram sistematizados e analisados à luz do referencial teórico da pesquisa, permitindo a identificação de 5 categorias que serão apresentadas na sequência.

4. Análise dos Resultados e Discussão

A atual gestão da associação é composta por diferentes membros da comunidade, com trajetórias variadas de participação social. A presidente (Entrevistada 1), de 36 anos, utiliza sua experiência prévia em ações sociais informais para mobilizar os moradores do bairro. A vice-presidente (Entrevistada 2) é professora aposentada, tem 74 anos e reside no bairro desde a década de 1990, possuindo um histórico significativo de participação em atividades voluntárias, sobretudo de caráter religioso. O Entrevistado 3, servidor público de 51 anos, contribui com sua experiência em gestão de clubes e escolas de samba, manifestações culturais bastante presentes na região. A organização financeira e administrativa da associação é conduzida pela Entrevistada 4, de 60 anos, técnica de enfermagem aposentada que exerce a função de tesoureira.

Também integra a diretoria a Entrevistada 5, professora de 48 anos, que participa pela primeira vez de uma representação comunitária, motivada pela busca de melhorias nas condições de vida do bairro. O Entrevistado 6, funcionário público de 60 anos, ocupa o cargo de suplente de secretário e oferece apoio administrativo, tendo já exercido anteriormente função de gestão na associação. Por fim, o Entrevistado 7, aposentado de 66 anos, destaca-se por trazer a memória institucional do grupo, uma vez que integrou a primeira formação administrativa da associação. Em termos gerais, o grupo entrevistado é composto por quatro mulheres (Entrevistadas 1, 2, 4 e 5) e três homens (Entrevistados 3, 6 e 7), com média de idade aproximada de 56,4 anos. Entre as mulheres, as idades variam de 36 a 74 anos, enquanto entre os homens variam de 51 a 66 anos.

As análises mostram que há um envolvimento coletivo amparado por um forte espírito de cooperação e um querer comum de renovação da comunidade. Nota-se uma unificação da experiência de membros como o Entrevistado 7, que reforça a memória positiva e de impacto da associação desde a década de 90, à potencial de novas lideranças como a Entrevistada 1, que se dispôs ao cargo da presidência por mobilização e apoio de grupos universitários que atuam em projetos de pesquisa e extensão na comunidade, bem como por moradores do bairro que identificaram nessa representação laços de confiança, amizade e atuação em movimentos sociais diversos, como fórum de mulheres, conselhos gestores, horta comunitária, movimentos culturais e uma presença significativa nos espaços públicos do poder municipal.

A estrutura de cargos da associação é composta por membros que ocupam diferentes funções administrativas, como presidência, vice-presidência, tesouraria, secretaria e cargos de apoio. O grupo entrevistado apresenta diversidade de trajetórias profissionais e experiências sociais, reunindo servidores públicos, professores e aposentados com histórico de participação em atividades comunitárias, culturais e voluntárias. Parte dos integrantes já possuía experiências em iniciativas coletivas, como ações sociais informais, voluntariado religioso e gestão de organizações culturais locais. Outros passaram a atuar na representação comunitária mais recentemente, motivados pela busca por melhorias nas condições de vida da comunidade.

A composição do grupo também evidencia a articulação entre experiência acumulada ao longo da história da associação e a carência de novas lideranças, impulsionadas por redes de confiança subjetivas, relações de amizade e pela atuação conjunta em movimentos sociais no território. De modo geral, percebe-se que o comprometimento dos participantes é proveniente de um forte espírito de pertencimento, cooperação e por um interesse compartilhado na revitalização da associação.

A partir da análise de conteúdo e da leitura e interpretação sistemática do material coletado, foram identificadas categorias temáticas que refletem os principais eixos de discussão do estudo. A categorização possibilitou compreender os principais sentidos e perspectivas atribuídos pelos entrevistados ao processo de reestruturação da associação de moradores. Desse modo, a análise foi organizada em cinco categorias principais, examinadas à luz do referencial teórico: (1) legado, associativismo e reconstrução da credibilidade; (2) reestruturação como processo político-organizacional; (3) participação comunitária, pertencimento e reconstrução da credibilidade social; (4) associação como instância de mediação entre comunidade e poder público; e (5) democracia vivida, apartidarismo e pluralismo na prática associativa.

4. 1. Legado, associativismo e reconstrução da credibilidade



ARTIGO

Os resultados mostram que a reestruturação da associação de moradores do bairro Senhor dos Montes está ancorada na memória popular, atuando como elemento que estrutura a legitimidade associativa no presente. As percepções mostradas pelos entrevistados evidenciam que a associação não é vista como algo recém-criado, mas como uma instituição com um percurso histórico, por períodos de forte participação, caimento e decorrente tentativa de reestruturação na comunidade.

As entrevistas explicitam que a memória da gênese da associação é referenciada como pilar para o mantimento do seu legado. A origem da associação é ligada à disposição comunitária em torno de objetos coletivos, como uma quadra esportiva, e a criação de iniciativas voltadas à geração de fundo monetário, a exemplo de empreendimentos de caráter cooperativo. Em tal período, a associação é pormenorizada com elevada capacidade organizativa, conexão com atores externos e reconhecida institucionalmente, o que tornou possível a obtenção de recursos e a promoção de legislações e equipamentos públicos benéficos para o bairro. As realizações associadas a tal fase, como a obtenção de recursos de maquinário, voltados ao ramo costura, e a implantação de serviços de saúde e lazer, são interpretadas, nas falas, como provas concretas da importância pública e da atividade efetiva da associação naquele contexto histórico. Essa interpretação é reforçada por trechos das entrevistas, apresentados a seguir.

“Éramos um grupo de amigos e, a gente era uma diretoria da quadra de futebol de salão, tem uma quadra aqui em cima, então a gente resolveu, como a gente conhecia um pessoal do projeto Acontece, eles tinham uma informação da gente que éramos um grupo bom e se a gente não queria montar uma associação de moradores aqui em cima.” (Entrevistado 7)

“A gente tinha vontade de montar uma cooperativa de costura, porque aqui em cima tinha muita costureira. Essas máquinas estavam disponíveis para qualquer pessoa do bairro que quisesse trabalhar.” (Entrevistado 7)

A lembrança de um legado cria um padrão normativo não claro do que significa uma associação reconhecida: organizada, legalizada, com a capacidade de comunicar com o poder governamental e de trazer benefícios concretos para a comunidade a qual ela está inserida. O padrão é motivado, de forma explícita ou implícita, pelos atores sociais entrevistados ao julgarem tanto o período de inatividade quanto o empenho atual para a reestruturação. Sob esse viés, a memória não se baseia apenas no fardo histórico, mas também no referencial para avaliar as ações comunitárias no presente. Essa interpretação dialoga com a perspectiva de Cardoso (2012), ao entender as associações de moradores como atores intermediários da governança local, cuja legitimidade se consolida por meio da demonstração contínua de utilidade social e da capacidade de representar de forma coletiva os interesses da comunidade.

Entretanto, as entrevistas evidenciam também um pensamento de ruptura nesse legado associativo. O período consecutivo à fase inicial é descrito, nas abordagens, pelo interrupimento das práticas organizacionais, pela desestabilização dos procedimentos administrativos e pela ausência de referências institucionais padrão. A perda de regularização legislativa, de documentos de prestação sistemática de contas e de processos assíduos de mobilização comunitária contribuíram para um processo de afastamento institucional. Seguindo tal contexto, a associação passou a se configurar como predominantemente formal, ausente reconhecimento popular consolidado e com restrições de atuação efetiva em conjunto à comunidade e ao poder público. Durante as entrevistas, os entrevistados 3 e 5, explicitam tal perspectiva.

“A associação se apresentava num momento muito precário, porque oficialmente não existia, as diretorias anteriores não convocaram eleição, ficou assim meio suspenso, sem nada.” (Entrevistado 3)

“Nós herdamos uma dívida, nós tivemos que resgatar dinheiro [...] mexer com estatuto, fazer uma nova eleição, resgatar atas que até então não tinham sido nada registrado.” (Entrevistada 5)

Esse período de ruptura gerou um cenário de descrédito em relação à instituição, aspecto amplamente reconhecido pelos entrevistados. Segundo os relatos, no início do processo de reestruturação a associação era

marcada por uma percepção social negativa, frequentemente associada à exclusão, à politização e à ineficácia institucional. Tal percepção reforça que a legitimidade das organizações da sociedade civil é frágil e cumulativa, já que quando rompida, sua reconstrução exige tempo, esforço e demonstrações práticas de compromisso coletivo (Duarte, 2017). Os trechos abaixo endossam essa análise:

“Como associação nossa já vinha com um nome meio assim, falar não muito bom não né, e as pessoas estavam desanimada perante as antigas associações” (Entrevistada 1)

“É um trabalho de formiguinha mesmo, levantar o nome da associação, dar credibilidade para ela” (Entrevistada 5)

A reestruturação se configurou como um processo de reconciliação entre passado e presente. A presidente eleita (Entrevistado 1), não nega a história da associação, mas procura ressignificá-la, recuperando o sentido original de representação comunitária, no entanto se dedica a romper com práticas anteriores percebidas como excludentes ou partidárias. Esse movimento é reconhecido pelos entrevistados 2 e 4, que destacam a tentativa deliberada de “fazer diferente”, aprendendo com os erros do passado e retomando o caráter público da associação. Esse andamento de busca e reelaboração da legitimidade organizacional ocorre em duas frentes complementares. De um lado, há a ativação sentimental da memória favorável, que explicita a ideia de que a associação já foi capaz de produzir impactos positivos concretos e pode dar continuidade a eles. Em paralelo, do outro, há o distanciamento, devido a crítica em relação às experiências frustrantes mais recentes, que funciona como fundamentação para a busca de novas práticas de administração, transparência e participação.

4.2. Reestruturação como processo político-organizacional: legalização, aprendizagem institucional e construção de capacidades

Os resultados da análise indicam que a reestruturação da associação foi compreendida pelos atores sociais como um processo de aprendizado coletivo, que não se restringiu a um evento administrativo isolado, mas se configurou como um processo político e organizacional mais amplo. Esse processo envolveu diferentes etapas burocráticas e a reformulação das capacidades de governança da associação, vivenciadas pelos próprios atores envolvidos. Nesse contexto, a regularização documental foi destacada pelos entrevistados como um elemento central para que a associação pudesse voltar a atuar como legítima representante da comunidade.

Os entrevistados 2 e 4 destacam que a atual gestão da associação herdou um cenário de profunda desorganização legislativa, administrativa e financeira, marcado principalmente pela ausência de registros e de documentação básica de caráter legal. Diante desse contexto, fez-se necessária a arrecadação de recursos por meio de rifas, bazares e campanhas comunitárias, com o objetivo de quitar dívidas e regularizar atas e documentos institucionais. Esse movimento revela que o processo de reestruturação exigiu não apenas conhecimento técnico, mas também mobilização comunitária e capacidade de coordenação coletiva. O entrevistado 3 reforça que tais ações foram fundamentais para que a associação “passasse a existir de fato”, tanto do ponto de vista jurídico quanto em termos de reconhecimento social e legitimidade perante o poder público.

“Nós tivemos que resgatar dinheiro, levantar um dinheiro, para poder pagar, fazer a documentação.” (Entrevistada 5)

“Tivemos que fazer rifas, tivemos que fazer bazar, para pagar essa dívida.” (Entrevistada 2)

“Uma coisa é um morador ir, reclamar, pedir e falar e outra coisa é uma representação legal que seria associação.” (Entrevistado 3)

Esse resultado dialoga com a literatura que compreende as associações como atores institucionais intermediários, cuja capacidade de atuação está vinculada ao reconhecimento formal por parte do Estado. Sem a devida regularização documental, a associação encontra dificuldades para acessar canais institucionais, dialogar

com órgãos públicos ou pleitear recursos, o que reforça a centralidade da legalização como base material da participação e da atuação institucional (Duarte, 2017; Alcântara, 2018).

Simultaneamente, os relatos das entrevistas indicam a ocorrência de um processo didático de aprendizagem institucional, apoiado por projetos desenvolvidos pela universidade. Nesse contexto, a atuação de professores e estudantes da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) foi mencionada pelos entrevistados como elemento importante de suporte ao processo de reestruturação da associação. Os entrevistados 2 e 4 relatam que, antes desse acompanhamento, desconheciam as obrigações formais de cada cargo, os requisitos legais e os procedimentos administrativos necessários para a regularização da entidade. O contato com o corpo docente e discente passou a funcionar como uma forma de capacitação informal, possibilitando que os membros da associação compreendessem melhor o funcionamento institucional da organização e os limites e possibilidades de sua atuação. O trecho seguinte reforça a constatação:

“Eu não sabia o que que uma tesoureira fazia [...] a gente foi aprendendo o papel de cada um através das orientações que eles davam.” (Entrevistada 4)

Observa-se, nesse contexto, a fragilidade institucional que frequentemente marca associações de moradores, uma vez que a reconstrução organizacional exige não apenas boa vontade dos envolvidos, mas também processos de aprendizagem coletiva, especialmente em contextos periféricos, nos quais o acesso à informação e aos recursos institucionais é desigual. Ao longo desse processo, a associação passa a desenvolver capacidades administrativas mínimas que sustentam sua atuação política e institucional. Nesse sentido, tais espaços de organização comunitária não se restringem a uma definição jurídica formal, configurando-se também como instâncias de sociabilidade e socialização entre os atores envolvidos (Cefai, Mota & Veiga, 2011).

4.3. Participação comunitária, pertencimento e reconstrução da credibilidade social

Durante as entrevistas, tornou-se evidente que o engajamento comunitário está diretamente condicionado à credibilidade institucional da associação, construída progressivamente ao longo do tempo. Os entrevistados relatam que, inicialmente, predominava uma percepção de descrédito e baixa confiança, associada a experiências anteriores marcadas por politização, exclusão, preconceito e falta de transparência, fatores que contribuíram para a estagnação da entidade. Segundo os relatos, gestões anteriores operavam como “panelinhas”, com pouca abertura à participação dos moradores, o que gerava distanciamento da comunidade. Nesse contexto, a presidente destacou como princípio de sua gestão o rompimento com vínculos partidários e religiosos, buscando promover um ambiente mais plural e inclusivo.

“As principais razões por associação ter voltado foi porque as associações que já tiveram no bairro, era uma coisa assim muito fechada, era mesmo que uma panelinha” (Entrevistada 5)

“Quando eu assumi a associação [...] chegou o menino lá e falou: você está de parabéns [...] nós que éramos moradores da parte de baixo não se sentia pertencente [...] porque parecia que era só x religião [...] então eu cheguei mudando isso [...] a associação ela é a comunidade.” (Entrevistada 1)

Os relatos dos entrevistados 2 e 3 indicam que ações pequenas, porém concretas, promovidas pela associação e por seus membros, como festivais comunitários, mutirões de arrecadação e o atendimento a demandas específicas dos moradores, desempenham papel relevante na reconstrução da credibilidade institucional. Tais iniciativas contribuem para afastar a imagem de uma entidade inativa ou deslegitimada, passando a ser percebida pela comunidade como uma organização atuante e acessível.

“As vezes aparece gente pedindo, precisa de remédio, precisa das coisas, a gente corre atrás, faz rifa, joga no grupo, e aí tenta resolver da melhor maneira possível a situação daquela pessoa, daquela família que tá precisando.” (Entrevistada 2)



ARTIGO

Esse achado converge com a literatura ao demonstrar que o exercício de espaços participativos não decorre apenas de seu reconhecimento formal, mas também da percepção de acessibilidade, representatividade e coerência entre a atuação da entidade e os interesses que afirma representar. A associação passa a ser reconhecida como legítima quando os moradores percebem que suas demandas são acolhidas e encaminhadas, ainda que nem sempre sejam plenamente solucionadas. Nessa perspectiva, a participação comunitária não se configura como um engajamento imediato, mas como resultado de um processo mútuo de reconhecimento entre a associação e a comunidade (Duarte, 2017; Alcântara, 2018; Marchi et al., 2025).

4.4. Associação como instância de mediação entre comunidade e poder público

Os entrevistados convergem em seus relatos ao reconhecer a associação como o principal e, em muitos casos, o único canal de comunicação e mediação entre o poder público e os moradores do bairro. Nesse contexto, indicam que demandas apresentadas individualmente tendem a ser negligenciadas, ao contrário das reivindicações formalizadas pela associação, que passam a adquirir maior representatividade e força política.

“Porque eu acho que a associação é uma forma de você conseguir se organizar né, como comunidade, e está levando uma demanda, porque uma associação está representando uma comunidade.” (Entrevistada 1)

“Porque eu individualmente, eu vou lá atrás de uma demanda, ali da rua, eu pessoa, eu sou recebido de uma forma, quando você tem uma representação maior, que é uma associação, isso aí incomoda mais os representantes públicos.” (Entrevistado 3)

“Criou-se um grupo de WhatsApp que o pessoal participa e tal, mas, essa construção da credibilidade está indo aos poucos, é um desafio mas está acontecendo.” (Entrevistado 3)

As associações de moradores são compreendidas como instâncias intermediárias de governança, capazes de organizar demandas difusas e transformá-las em reivindicações coletivas (Cardoso, 2012). Nesse sentido, a associação atua como mediadora das necessidades locais, reduzindo a fragmentação das demandas e ampliando sua capacidade de negociação junto ao Estado. Contudo, os relatos dos entrevistados indicam que as interações com a prefeitura são frequentemente marcadas por negligência, postergação das respostas e favorecimento seletivo, o que fragiliza o processo de comunicação institucional, tornando-o ainda mais difícil em períodos eleitorais. A presidente destaca que grande parte das solicitações encaminhadas ao poder público refere-se a garantias básicas que deveriam ser asseguradas independentemente de requerimento formal.

Por conseguinte, a mediação entre associação e poder público, mesmo não garantida resolução completa, adentra uma discussão sobre a participação institucionalizada. Desse modo, destaca-se que a presença em espaços de reunião e negociações com a prefeitura, movimenta os moradores a se posicionar e tornar as suas demandas mais visíveis.

“Não, só que assim, vai enrolando né, vai adiando, não falam não assim de cara, mas, vai adiando, certas coisas a gente já foi bem ouvido, mas também não resolveu de imediato.” (Entrevistada 4)

“Infelizmente o bairro por “ser” um bairro de periferia, ainda não tem aquele olhar, o cuidado que deveria ter, o poder público tem um certo preconceito, um certo descaso. Alguns tentam utilizá-la como palanque político, podem até ajudar em algo, mas, buscando o voto em troca.” (Entrevistado 3)

“Criou-se um grupo de WhatsApp que o pessoal participa e tal, mas, essa construção da credibilidade está indo aos poucos, é um desafio mas está acontecendo.” (Entrevistado 3)

4.5. Democracia vivida, apartidarismo e pluralismo na prática associativa

A quinta categoria indica que a compreensão de democracia manifestada pelos entrevistados, vista como prática cotidiana e não como um conceito generalizado, está ligada ao diálogo, inclusão, respeito às diferenças e a neutralidade política da associação. No geral, os entrevistados reconhecem a postura apartidária da atual gestão como central característica de sua legitimidade.

“...essa gestão tem cuidado de não politizar as ações da associação, a associação recebe todos os candidatos, a gente ouve todos os candidatos e também tem o cuidado de não deixar tendências, que as pessoas pensem que estamos tendenciosos de um lado ou outro, a ideia é ser mais democrática possível.” (Entrevistado 3)

A presidente afirma que a associação se mantém aberta à diversidade de opiniões, religiões e orientações políticas, desde que o espaço não seja utilizado como palanque eleitoral. Essa postura é diretamente associada às experiências anteriores da entidade, frequentemente apontada como vinculada a interesses de grupos específicos. Nesse sentido, Fung (2003) argumenta que espaços participativos tendem a se fortalecer quando conseguem equilibrar inclusão, pluralismo e autonomia em relação a interesses particulares. Assim, a associação passa a se apresentar como um espaço de exercício da democracia local, ainda que inserida em um contexto marcado por restrições institucionais.

“Eles pede para a associação abraçar ‘x’ partido, isso é isso toda hora, [...] veio a mensagem pra secretária da associação, do partido que tal quer que a gente apoia eles, falei ‘não vamos!’ [...] eu tenho um pensamento então eu vou levantar minhas bandeiras sim! eu posso levantar minhas bandeiras, como cidadã, como morador do Senhor dos Montes, que eu vejo o que que aqui precisa, mas, a associação não.” (Entrevistada 1, presidente da associação, ao ser questionada se a associação é usada para promover políticos e partidos)

A Figura 1 apresenta a sistematização das categorias analíticas identificadas na análise de conteúdo das entrevistas. O esquema evidencia os principais eixos interpretativos que estruturam a discussão dos resultados, permitindo visualizar de forma sintética como os diferentes temas emergentes se articulam na compreensão do processo de reestruturação da associação de moradores.

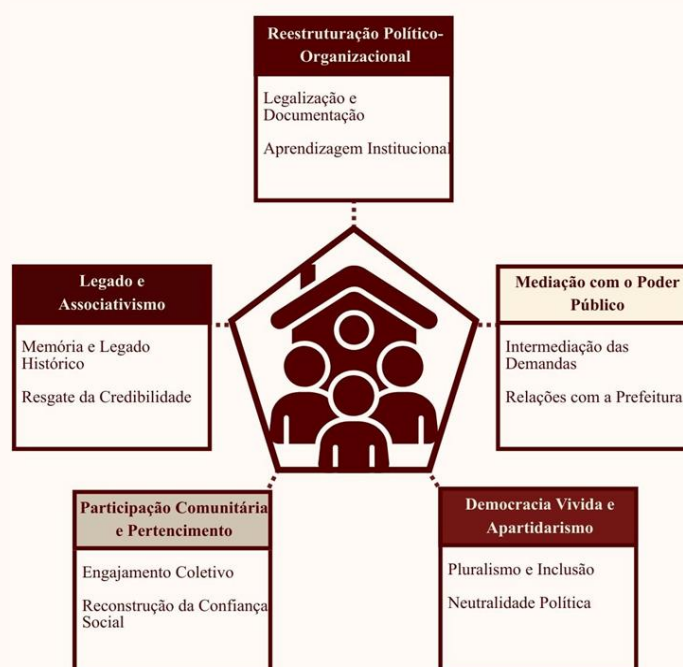


Figura 1: Sistematização das categorias analíticas.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os resultados indicam que a associação de moradores passou por um processo de reconfiguração em seu papel na governança local. A reconstrução da credibilidade institucional, associada a uma postura pluralista e ao reconhecimento de suas lideranças, contribui para que a entidade seja percebida como um espaço legítimo de representação comunitária. Além disso, o estudo evidencia a importância de pesquisas com recorte regional e comunitário, capazes de revelar dinâmicas políticas e sociais que frequentemente permanecem pouco visíveis em análises de maior escala. Nesse contexto, observa-se que associações de moradores podem desempenhar um papel relevante na mediação entre comunidade e poder público, especialmente quando conseguem estabelecer relações de confiança e demonstrar capacidade organizacional, mesmo em contextos de periferia urbana marcados por limitações institucionais.

Considerações finais

No decorrer desta pesquisa, foi possível explorar os objetivos propostos previamente, logo, analisar a reestruturação da associação de moradores do bairro Senhor dos Montes em São João del-Rei (MG), de maneira a examinar o processo de criação e participação inicial da associação, que surgiu nos anos 1990. Foi possível avaliar o envolvimento atual da comunidade e as formas de participação que incentivem a inclusão dos moradores no diálogo com a associação, além de possibilitar acompanhar o pós-eleição da associação para analisar o engajamento popular e a relação com o poder público local. A análise demonstrou que a reestruturação não se configura somente como um rearranjo administrativo, mas como um processo político-organizacional complexo, marcado por reconstrução de legitimidade, aprendizagem institucional e rearticulação de vínculos comunitários.

Embora o estudo tenha enfrentado algumas limitações, especialmente quanto à dificuldade de entrevistar determinados atores sociais relevantes em razão da disponibilidade reduzida dos envolvidos, os dados coletados permitiram uma compreensão consistente das dinâmicas associativas no contexto analisado. Além disso, não foi possível realizar uma análise documental mais aprofundada, em virtude do recente processo de reorganização legal da associação, o que restringiu a triangulação entre narrativas e registros formais. Esse aspecto também evidencia que a entidade se encontra em uma fase inicial de consolidação institucional.

Ademais, a pesquisa contribui para o campo da Administração Pública ao evidenciar, empiricamente, a importância da ação coletiva nas dinâmicas políticas locais e o papel das associações de moradores na articulação entre comunidade e poder público. Os resultados indicam que, mesmo em contextos de periferia urbana e fragilidade institucional, essas organizações podem atuar como canais de mediação entre Estado e sociedade, organizando demandas dispersas e transformando-as em reivindicações coletivas mais estruturadas. Tais dinâmicas aproximam-se das premissas da gestão social ao evidenciar processos de diálogo, construção coletiva de decisões e valorização do interesse público, contribuindo para o fortalecimento da autonomia dos sujeitos e para a ampliação das possibilidades de participação na esfera pública local.

Como fruto da pesquisa, está sendo articulado um documentário a ser apresentado na comunidade, a partir dos resultados da pesquisa, no qual os integrantes são convidados a refletir sobre a importância de seu papel nesse contexto. Essa devolutiva social reforça o compromisso ético da pesquisa e da universidade pública, ao contribuir para o fortalecimento da identidade coletiva, permitindo que os próprios moradores reconheçam sua trajetória organizacional e ampliem sua consciência sobre o impacto positivo da participação ativa.

Abre-se, a partir deste trabalho, uma agenda para pesquisas futuras que aprofundem a compreensão das associações de moradores como atores da governança local. Pesquisas futuras têm a possibilidade de uma análise documental aprofundada examinando estatutos e atas e visando compreender como a formalização institucional impacta a capacidade de atuação dessas organizações. Outra sugestão investigativa seria de estudos comparativos entre bairros ou municípios distintos no intuito de contribuir para identificar padrões de consolidação e sustentabilidade organizacional, enquanto pesquisas longitudinais podem acompanhar a dinâmica de continuidade e renovação da legitimidade associativa ao longo dos mandatos. Também se mostram pertinentes análises sobre a relação entre associações e ciclos eleitorais, os efeitos da liderança comunitária e o papel do apoio técnico externo, como universidades e organizações da sociedade civil, na construção de capacidades institucionais e no fortalecimento da participação democrática em nível local.

Nesse sentido, espera-se que as reflexões aqui apresentadas possam contribuir para o desenvolvimento de políticas, práticas e pesquisas futuras voltadas ao reconhecimento das associações de moradores como espaços estratégicos de participação popular, mediação institucional e fortalecimento da democracia deliberativa. Ao evidenciar a centralidade da organização coletiva na construção de soluções locais, o estudo indica que a vitalidade democrática, especialmente em contextos periféricos, depende da articulação entre engajamento comunitário e responsividade estatal. Considerando que a realidade brasileira é marcada pela predominância de pequenos

municípios, nos quais as relações sociais e políticas se estruturam fortemente em escala local, análises como esta tornam-se relevantes por evidenciar dinâmicas comunitárias e formas de organização coletiva que frequentemente permanecem pouco exploradas em estudos de alcance mais amplo. Nesse cenário, as associações de moradores se consolidam como atores relevantes na governança local.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPQ e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2022/09319-9; 2025/10368-2.

Referências:

- Alcantara, P. H. G. (2018). Participação e deliberação: divergências e tensões no campo das teorias alternativas da democracia. *Diálogo*, (38)
- Avritzer, L. (2008). Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. *Dados*, 4(se), 0-0.
- Bardin, L. (2010). *Análise de conteúdo* (4ª ed.). Edições 70.
- Barroso, L. R. (2023). Trinta e cinco anos da Constituição de 1988: As voltas que o mundo dá. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, 28(2), 7–49.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Bobbio, N. (2004). *A era dos direitos*. Campus.
- Bonavides, P. (2001). Teoria constitucional da democracia participativa. *São Paulo: Malheiros*, 26.
- Brasil. (2002). Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil.
- Campi, F. A., & de Oliveira Pátaro, C. S. (2012). *A ação pedagógica junto à associação de moradores: formação e participação política*. Publicação periódica do Centro UNISAL, sob a coordenação do Programa de Mestrado em Educação Ano XIII-Nº 25-2º Semestre/2011 ISSN 1518-7039—CDU-37, 283.
- Campos Neto, A. A. M. (2017). A fantástica filosofia grega clássica dos séculos VIII-V AC A Grécia e os mosteiros. O surgimento do direito. *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade de São Paulo, 112, 27-81.
- Carvalho, J. M. (2021). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Civilização brasileira.
- Cefai, D., Mota, F. R., & Veiga, F. B. (Orgs.). (2011). *Arenas públicas: Por uma etnografia da vida associativa*. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- Copatti, L. C. (2010). A efetivação da cidadania através da participação no poder local. *Revista Perspectiva, Erechim*, 34(126), 85-100.
- Dewey, J. (1959). *Democracia e educação: introdução à filosofia da educação*. Companhia Editora Nacional.
- Duarte, R. de J. (2017). *Associações de moradores como espaços de aprofundamento democrático* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA.
- Landim, L. R. C., Kronemberger, T. S., & de Abreu, J. C. A. (2022). Campo minado para a gestão social: dilemas de uma associação de moradores. *Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração*, c21-c21.
- Marchi, J., Pinheiro, D. M., & Pagani, C. (2021). O papel das Associações Comunitárias na promoção da confiança do cidadão em instituições públicas. *Administração Pública e Gestão Social*, 13(3).
- Mendes, R. M., & Miskulin, R. G. S. (2017). A análise de conteúdo como uma metodologia. *Cadernos de pesquisa*, 47(165), 1044-1066.
- Minayo, M. C., & Costa, A. P. (2018). Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*, (40), 11–25.
- Morin, E. (2007). *O método 5: a humanidade da humanidade: a identidade humana*. Sulina.
- Oliveira, E. A. (2022). *Redemocratização e Serviço Social: os caminhos do Serviço Social no Brasil pós-1985*. Editora CRV.

ARTIGO

- Pinto, L. A. G. (2007). Aspectos da filosofia política de John Locke e a sua aplicação na contemporaneidade. *Revista Sinais*, (02).
- Ribeiro, D. (2015). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. Global Editora e Distribuidora Ltda.
- Santos, S. S. C., & Hammerschmidt, K. S. D. A. (2012). A complexidade e a religação de saberes interdisciplinares: contribuição do pensamento de Edgar Morin. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 65, 561-565.
- Santos, J. S., de Oliveira, A. L. C., & Manoel, J. C. C. (2025). Aspectos da escravidão negra no Brasil e seus desdobramentos institucionais. *Revista Eletrônica da OAB-RJ*.
- Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. (2012). *Associação de moradores*. Fundação São Paulo; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Serra, R. (2007). Democracia e Serviço Social. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, (19), 181-202.
- Silva, E. F., Carmo, D. F., Vezzoni, M., Anjos, R. M., Machado, L. N. L., Correio, A. B. L. S., Nogueira, I. P. R. A., & Pecly, L. N. (2023). Análise da percepção ambiental dos moradores do entorno das lagoas de Piratininga e Itaipu, Niterói (RJ). *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, 18(5), 446-461
- Sousa, A. S., De Oliveira, G. S., & Alves, L. H. (2021). A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. *Cadernos da FUCAMP*, 20(43).
- Teixeira, A. C. C., Almeida, C., & Moroni, J. A. (2020). *A democracia necessária e desejada: dilemas e perspectivas*. Lutas Anticapital.
- Terenzi, G. V., & Botelho, M. C. (2023). For a contemporary political-electoral equity theory: guidelines in John Locke.. *Revista Direito e Liberdade*, 25(1), 123-156.
- Thiry-Cherques, H. R. (2009). Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. *Revista de Administração Pública*, 43, 897-918.
- Valla, V. V. (1998). Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. *Cadernos de Saúde Pública*, 14, S07-S18.
- Ventura, M. M. (2007). O estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Revista SoCERJ*, 20(5), 383-386.
- Vianna, M. (2020). CONTRA O LIBERALISMO EO COMUNISMO: UMA DEMOCRACIA AUTORITÁRIA. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, 33(71), 469-488.
- Vieira, F. C. R., & Braga, I. A. (2023). Líderes políticos e o poder de influência da população: reflexões sobre a democracia brasileira. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, 15(9), 8790-8807.
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de Caso-: Planejamento e métodos*. Bookman editora.
- França Filho, G. D. (2003). Gestão social: um conceito em construção. *Colóquio internacional sobre poder local*, 9, 1-6.